

José Gil, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*, Relógio d'Água, Lisboa, 2004

Carlos Leone



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/3577>

DOI: 10.4000/cultura.3577

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 janeiro 2005

Paginação: 366-368

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Carlos Leone, « José Gil, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*, Relógio d'Água, Lisboa, 2004 », *Cultura* [Online], vol. 21 | 2005, posto online no dia 14 julho 2018, consultado a 23 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/3577> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cultura.3577>

Este documento foi criado de forma automática no dia 23 setembro 2020.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

José Gil, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*, Relógio d'Água, Lisboa, 2004

Carlos Leone

REFERÊNCIA

José Gil, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*, Relógio d'Água, Lisboa

Um aspecto poucas vezes (se é que alguma vez) referido a propósito deste livro de José Gil é o modo como sintetiza tantos aspectos da sua obra anterior. O que é tanto mais interessante quanto o faz recorrendo quer a noções centrais dela como a aspectos quase desconhecidos, e isto através de uma reflexão sobre mentalidades que não é muito frequente destacar-se nos seus trabalhos. Mais ainda do que «a intensidade que uma relação com este país supõe» (p. 142), que José Gil refere ao terminar, este traço confere à leitura de *Portugal, Hoje* um aspecto como que testamental (termo prematuro, quando a editora anuncia um novo livro seu para breve) relativamente à sua «Obra». É, pelo menos para os seus leitores habituais, ainda um outro elemento próximo da indiscrição, a somar a vários outros pequenos apontamentos que, ao terminar, Gil quis diferenciar de simples estados de alma.

Desde o surgir deste livro no final de 2004, e por motivos que excediam a curiosidade relativa às páginas (bem poucas, diga-se) sobre a conjuntura política nacional de então, essa relação com o trabalho anterior de José Gil era fácil de notar. O tema do medo que o título expõe não é novo no seu trabalho: ele era central já em *Salazar: a Retórica da Invisibilidade* (Rd'A, 1995) e surgira também em várias outras ocasiões, das quais será conveniente relembrar um artigo publicado em 1992, na *Revista do Expresso*, «A pulsão e a escala». Conveniente, a nosso ver, por, apesar de nessa altura não ser evidente, era já para o tema do medo que a argumentação do artigo conduzia (lembre-se que o próprio artigo surgia como peça polémica, a propósito da tentativa de silenciar um crítico do jornal, António Guerreiro). Em vários capítulos de *Portugal, Hoje* encontramos passos que retomam e desenvolvem a argumentação desse artigo de 1992. Talvez mais ainda

do que sucede com o livro de 1995 sobre a retórica salazarista, e com outros posteriores, dos quais também José Gil recupera conceitos, é a esse ensaio publicado num tempo em que à «Imprensa» ainda podia servir o termo «de referência» que vai buscar muita da sua originalidade, ainda que desenvolvendo-o de modos então imprevisíveis.

(Neste ponto, uma declaração de interesses impõe-se: já escrevi sobre esse artigo de José Gil, em *Dez Críticas*, Colibri, Lisboa, 1999, cf. pp. 119-134. E, depois disso, recuperei o artigo e também *Salazar: a retórica...* num capítulo da minha dissertação de doutoramento, capítulo todo ele dedicado ao tema do medo no século XX português. A dissertação foi defendida apenas meses antes da publicação deste livro, que muito gostaria de poder ter citado, mesmo que para discordar dele.)

Sobre o sucesso público e a coincidência da aparição num «ranking» dos pensadores actuais surgido em França (logo quando neste livro se critica a ideia dos rankings como modelo de avaliação generalizável), houve sageza do editor ao lançar no mercado este livro quando o tema do medo se havia instalado no «espaço mediático» (para nos servirmos de um *distinguo* em que José Gil insiste e ao qual voltaremos) a propósito de sucessivos problemas entre o poder Executivo e os meios de comunicação. Mas não só: o que este sucesso significa, acima de tudo, é a capacidade de entender e pensar a realidade presente no léxico próprio que Gil foi desenvolvendo, obra após obra, em trabalhos aparentemente muito distantes deste tema. Que a realidade social e política não está fora do trabalho anterior de José Gil sabia-se desde há muito (tanto nos seus projectos individuais como em contributos para outros colectivos, como a *Enciclopédia Einaudi*, por exemplo). Mas só agora, e não em colaborações na Imprensa (no *Público* na década de 1990 ou, actualmente, no *Courrier International*), surgiu um «caso de estudo» no qual José Gil aplica metodicamente uma análise que recorre ao conjunto dos seus próprios termos. É preciso ter isto presente para que não suceda, como aconteceu num dos raros artigos dissonantes face à aclamação geral ao livro (surgido no *Público* e assinado por um professor da Faculdade de Economia da UNL), vemos na argumentação desenvolvida apenas mais um caso do mesmo mal que é denunciado. Tal leitura é possível, em particular nas referências de Gil à Europa (isto é, à União Europeia) e ao nosso sistema democrático representativo, bem como na ênfase no salazarismo como responsável directo pelo medo no Portugal de hoje. Mas, não só todas essas referências são matizadas (num equilíbrio precário que leva o próprio autor a reconhecer regularmente que há sempre muito que fica por discutir), como essa leitura do livro contra o autor, digamos assim, só é possível se – como parece ter sido o caso desse artigo – ignorarmos o trabalho conceptual envolvido na argumentação. Mais do que «história das mentalidades», como Gil sugere, parece-nos ser um caso de «Filosofia da Cultura», além de que a oposição, frequente, entre «medo» e «responsabilidade» evoca irresistivelmente Max Weber.

Enquanto reflexão filosófica sobre a cultura portuguesa actual, então, ao que se assiste é a uma permanente tentativa de sistematização de psicopatologias da vida nacional quotidiana: o medo, aliás duplo medo (dado o fenómeno de «duplo esmagamento»); a inveja e o ressentimento; a irresponsabilidade individual; o colectivo desrespeito da lei, quer pela pequena tirania quer pela alegre inconsciência; a demissão cívica geral. Sistematizar estes males enquanto males nacionais leva por várias vezes José Gil a recorrer ao «evenemencial» e ao anedótico, que não podem colher como tese nem como prova num esforço de sistematização, claro, mas que deslocam da generalização

máxima (como males humanos) para a generalização sistematizável: males recorrentes numa cultura como a portuguesa, fechada até ao fim da modernidade e aberta, agora, com um arcaísmo pós-moderno (bela fórmula, próxima de autores como Boaventura Sousa Santos e Manuel Villaverde Cabral, e reminescente de «A pulsão e a escala»). Destacando o caso português da modernidade europeia (um dos matizes face à Europa), Gil não obstante serve-se de um aparato teórico desenvolvido a propósito da Modernidade para estudar o fenómeno arcaico que hoje Portugal representa em tantos aspectos da pós-modernidade geral. De Arendt a Negri e Hardt, passando pelas referências usuais nos seus trabalhos a autores de formação psicanalítica e, sobretudo, Deleuze e Foucault (este «e» sendo aliás bastante problemático, mas isso seria outra questão). Os críticos do «pensamento 68» e do anti-humanismo teriam aqui muito com que se entreter. Sucede que, justamente ao articular sobre as realidades paroquiais uma análise sistematizante (seja ela histórica ou filosófica, agora isso é o menos), revela sobretudo o escasso conhecimento de José Gil dessa realidade e dos estudos já elaborados a seu respeito.

É notável como algumas das teses mais fortes deste ensaio lampejam para de imediato errarem em afirmações genéricas reveladoras de simples desconhecimento. Assim sucede nas repetidas notas sobre a falta de estudos da realidade portuguesa, e o recurso a outros modelos para suprir essa falta, como no caso do capítulo «Trauma, terror, medo»; aí se ignora, para dar apenas um exemplo, *Classe, status e poder*, de Hermínio Martins (ICS, Lisboa, 1998), obra que seria muito útil para a análise empreendida por José Gil (e de um autor que Gil aliás conhece). Como em qualquer trabalho deste tipo, as referências bibliográficas seriam em qualquer caso inesgotáveis; não se trata de desinteresse pelo trabalho de outros mas de um trabalho de argumentação que recorre a umas fontes e não a outras. O problema, contudo, está em supor um conjunto de teses muito vastas a respeito da cultura portuguesa partindo do princípio de que faltam estudos que de facto existem. Em rigor, este mal é também uma das causas daquela faceta sintetizante que *Portugal, Hoje* encerra, pois permite recuperar materiais de tipo antropológico e etnográfico, sobre representações do corpo no Portugal efectivamente arcaico, anteriores ainda a trabalhos sobre o corpo (e a dança) bem mais recentes. O problema está em, ao fazê-lo, descurar toda a reflexão das ciências sociais e humanas a respeito da realidade portuguesa (num caso, cf. p. 126, apresenta-se mesmo a «velha sociedade portuguesa» como solidária, associativa e com espírito de entreajuda, bem o oposto da mediocridade organizacional de sempre, da qual o corporativismo se fez. Sintomaticamente, uma crítica que, em conversa pessoal, ouvi ao livro, vinda de um português radicado nos EUA, foi a ausência da questão da confiança nas relações sociais de tipo institucional).

O exemplo mais gritante é José Gil escrever todo o seu ensaio quase sem referências à presença do tema «medo» no pensamento português. Ora, o tema é tudo menos novo, é até um veio central no século XX, até antes do salazarismo. Mesmo quando, em alguns momentos, se sente um eco de autores portugueses (o Eduardo Lourenço de *O Labirinto da Saudade*, por exemplo), o preço de ignorar a presença desse tema no pensamento português contemporâneo é cair na ambígua relação com a União Europeia que atravessa todo este livro. Pois, justamente, foi a Europa (enquanto ideal também ele sujeito a diversas perspectivas ao longo do século XX) que serviu de norte ao pensamento português contemporâneo quando este quis cortar com o recurso ao medo (para falar como José Régio). Ignorar isto é ficar preso a fórmulas como «linhas de fuga que em certas zonas da cultura e pensamento já se desenham» (p. 142). Pelo contrário:

já se desenharam, há décadas, e foi por esse desenho se ter imposto socialmente que se deu o colapso do Estado Novo, e não o inverso, como se pretende ao apresentar o 25 de Abril de 1974 como um momento mágico do qual ficámos, afinal, aquém. Essa linha de fuga foi a Europa moderna e o seu sucesso social só se institucionalizou com a adesão à então CEE, como Gil também reconhece, pese embora os arcaísmos bem reais (e bem visados por Gil) que permanecem.

Outros exemplos, menos abrangentes, deste distanciamento do autor face ao estudo da realidade social portuguesa: o recurso à metáfora da doença para explicar os fenómenos que aborda (medo, inveja, etc.), originando uma profusão de viroses, cancro, etc., que traz à memória o conselho de Susan Sontag para evitarmos ver na doença um castigo. Ou a suposição de um mandarinato que vive em circuito fechado, composto por sujeitos dotados de «autoridade invisível» como economistas, sociólogos, catedráticos (cf. p. 30; o «catedrático» diferenciado dos outros é curioso, ainda para mais vindo de um catedrático que honra a Universidade, como é o caso), mas que permanece sempre por nomear (até ao último capítulo, onde há de facto alguma nomeação), como se a denúncia genérica não fosse uma falsa maneira de «dar a cara» no «espaço mediático». E não «espaço público», de facto.

A ênfase de José Gil, quando discute os meios de comunicação social, na televisão não é deslocada. A televisão, hoje, e não obstante o crescimento da influência da *internet* (também notado por Gil), permanece como matriz do modelo dominante de comunicação social, baseado em imagens e velocidade. Por isso mesmo, o espaço dos *media*, suicidariamente reduzido a um modelo (televisivo) cuja lógica imagética é fatal para órgãos nos quais a palavra e a escrita são imprescindíveis (a Imprensa), é cada vez mais um espaço mediático e menos um espaço público. Não apenas pelo seu autofechamento (fenómeno também real mas não suficiente) mas sobretudo pela sua natureza contrária à vida pública, a qual está ainda antes da publicidade que rege o espaço público moderno. Algumas das melhores páginas deste ensaio encontram-se, sem surpresa, na descrição dos processos sociais característicos da vida de uma obra num espaço público moderno (como professor de Filosofia Moderna José Gil conhece bem o tema); e, em contraste, o «espaço mediático» é um espaço dos «media» para autoconsumo, possível pela sua descaracterização em função do modelo imagético imposto pela lógica televisiva.

Registar apenas o sucesso deste livro no espaço mediático e, através dele, entre o «grande público», seria incorrer num de dois equívocos. Ou imaginar que o sucesso do livro significa a «reforma das mentalidades» há tanto esperada (e para sempre por verificar até se mudarem práticas...), o que seria no mínimo ingénuo, ou imaginar que o seu sucesso resulta da sua inocuidade e da alienação geral, o que seria uma leitura demasiado literal de algumas das suas teses. Entre um equívoco e outro, *Portugal, Hoje* é já um livro cujo sucesso obscurece a Obra anterior que o possibilitou e sem a qual ele é muito menos consequente do que pode e merece ser. E assim José Gil permanecerá estrangeirado, «compatriota exilado, pois, no seu próprio país.» (p. 28). O que não é a vida.